

# A arte farmacêutica no século XVIII, a farmácia conventual e o inventário da Botica do Convento de Nossa Senhora do Carmo (Aveiro)<sup>1</sup>

## Pharmaceutical Art in the 18<sup>th</sup> century, Conventual Pharmacy and the Inventory of the Apothecary of the Convent of Nossa Senhora do Carmo (Aveiro)

JOÃO RUI PITA<sup>2</sup> E ANA LEONOR PEREIRA<sup>3</sup>

*Faculdade de Farmácia e Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal*

**Abstract:** Conventual pharmacy represents an area of considerable importance in Portuguese and European pharmacy, including both convent apothecaries and apothecarians. In this article, the authors provide a general characterization of the Portuguese 18<sup>th</sup> century pharmacy in an international context and underline the role of pharmaceutical literature and its contribution for the importance of conventual pharmacy and analyse, within this framework, the *Pharmacopea Lusitana* (1704) by the ecclesiastic author D. Caetano de Santo António, as well as the inventory of the apothecary of the Convent of Nossa Senhora do Carmo (Aveiro).

**Keywords:** Conventual pharmacy; pharmacopaeias; D. Caetano de Santo António; apothecary of the Convent of Nossa Senhora do Carmo (Aveiro).

### Introdução

A farmácia conventual é um campo de significativa importância na farmácia portuguesa e europeia. Sobretudo nos séculos XVII e XVIII, a produção de medicamentos e a redacção de obras relevantes no domínio farmacêutico foi uma realidade bem marcante. À semelhança do que acontecia noutros países europeus, em Portugal diversos boticários conventuais dedicaram-se a produzir medicamentos e à publicação de textos farmacêuticos, nomeadamente farmacopeias. As boticas conventuais não

---

<sup>1</sup> Texto recebido em 08.11.2012 e aceite para publicação em 10.12.2012

<sup>2</sup> Investigador e co-coordenador científico do Grupo de História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra-CEIS20. jrpita@ci.uc.pt

<sup>3</sup> Investigadora e co-coordenadora científica do Grupo de História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra-CEIS20. aleop@ci.uc.

eram apenas locais de produção de medicamentos para os próprios religiosos. Eram, em muitos casos, locais de produção de medicamentos para o público externo, funcionando como polos de destaque no fornecimento de medicamentos às pessoas que os solicitavam. Mesmo no caso de medicamentos secretos, nomeadamente no caso da Água de Inglaterra, houve boticários conventuais que se dedicaram à sua produção. Não temos dados suficientes para comparar a realidade portuguesa com a estrangeira. Contudo temos dados suficientes para fazer abordagens sectoriais de farmácias conventuais em Portugal e da sua produção científica, literária e as suas práticas de arte farmacêutica.

Neste estudo<sup>4</sup> iremos fazer uma abordagem genérica da farmácia conventual em Portugal e centraremos, também, a nossa atenção na produção

---

<sup>4</sup> Os autores já publicaram alguns textos que focam a temática das farmacopeias e em particular a primeira farmacopeia portuguesa. Das suas pesquisas resultaram algumas publicações. É o caso de “Botica, farmacopeia conventual e farmácia. A *Pharmacopea Lusitana* de D. Caetano de Santo António (1704)”: Maria Alegria Fernandes Marques (coord.): *Mosteiro e saúde — Cerca, botica e enfermaria. Actas do III Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões* (São Cristóvão de Lafões 2008) 95-107. Veja-se, também, João Rui Pita, “A *Pharmacopea Lusitana* de D. Caetano de Santo António ou quando se faz “divino o remédio humano”: João Rui Pita (Organização e estudo introdutório), *Pharmacopea Lusitana* [Edição facsimilada da primeira farmacopeia portuguesa — *Pharmacopea Lusitana*, editada pela primeira vez em 1704] (Coimbra 2000) IX-XXV; João Rui Pita; Ana Leonor Pereira, “A bela idade da Farmacopeia Portuguesa: 300 anos”: *Cadernos de Cultura. Medicina na Beira Interior. Da Pré-História ao Século XXI* 19 (2005) 85-94. Assinale-se, também, o estudo em publicação e resultante da comunicação apresentada ao congresso “Ordens e Congregações Religiosas em Portugal. Memória, presença e diásporas” (Lisboa, 2 a 5 de Novembro de 2010) da autoria de João Rui Pita e Ana Leonor Pereira e intitulada “Boticas e boticários conventuais: entre a fé e a ciência” (em publicação no livro de Actas do Congresso). Este trabalho é um dos resultados da pesquisa sobre a farmácia em Portugal (sécs. XVIII-XX) e sobre o levantamento de fontes e bibliografia da historiografia sanitária portuguesa — Sanistória — em curso no Grupo de História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra / CEIS20, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade — COMPETE — e por fundos nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e Tecnologia — no âmbito do Projecto PEst-C/HIS/UI0460/2011. Ref. COMPETE FCOMP-01-0124-FEDER-022660. Este estudo insere-se, ainda, no projecto de investigação “Dioscórides e o Humanismo Português:

científica de uma botica conventual tomando como estudo de caso a publicação da primeira farmacopeia portuguesa, a *Pharmacopea Lusitana* (1ª edição em 1704) redigida por um religioso do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra — D. Caetano de Santo António. Tomaremos como ponto de partida, para uma breve abordagem da realidade prática de uma farmácia conventual, o inventário do Convento da Nossa Senhora do Carmo, em Aveiro. Com estes elementos poderemos contribuir para a caracterização genérica da farmácia em Portugal no século XVIII e sua articulação com a farmácia conventual.

### **A farmácia no século XVIII: a importância da farmácia conventual**

A farmácia na transição do século XVII para o século XVIII e durante este século até ao seu último quartel, isto é, antes da revolução química de Lavoisier, pode ser caracterizada de um modo genérico tendo como pano de fundo alguns tópicos essenciais. Podemos dizer que são três as grandes linhas de caracterização: por um lado, a tradicional farmácia e medicação galénicas já impregnada de algumas inovações; o galenismo com maior ou menor grau de adaptação aos novos modelos científicos; por outro lado, os medicamentos químicos e a concepção do organismo de acordo com o paradigma iatroquímico; em terceiro lugar, as drogas oriundas do continente americano que ganhavam cada vez mais popularidade na medicação europeia. Estes três tópicos mostravam-se de capital importância na farmácia setecentista. São dos mais relevantes. Nesse período, na sequência de movimentação de anos anteriores publicam-se muitas farmacopeias e formulários que tinham por objectivo seleccionar, organizar, inventariar, colocar à disposição de médicos e boticários um conjunto de drogas, de operações farmacêuticas e de fórmulas relevantes e com eficácia. Algumas farmacopeias, formulários e tratados tinham uma orientação mais galénica, outros uma orientação mais química, outros uma orientação mista. Antes do surgimento de farmacopeias oficiais foram redigidas muitas farmacopeias não oficiais com aqueles objectivos. O que se pretendia acima de tudo era a

---

os Comentários de Amato Lusitano” (PTDC/CLE-LLI/101238/2008) que tem como unidade de investigação de acolhimento o Centro de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro (IR projecto: Prof. Doutor António Andrade).

*Ágora. Estudos Clássicos em Debate* 14.1 (2012)

melhor saúde das populações. As farmacopeias oficiais, a primeira farmacopeia oficial portuguesa surgiu em 1794, traduziam a vertente normalizadora do Estado em matérias de medicamentos. No entender das autoridades oficiais era necessário organizar e tomar referentes quanto às drogas a inserir nos medicamentos, às operações farmacêuticas e às fórmulas a produzir<sup>5</sup>.

A medicação proveniente do galenismo tirava partido de drogas conhecidas na Europa. Habitualmente eram as drogas vegetais descritas por autores clássicos como, por exemplo, Dioscórides e Galeno e pelos médicos e boticários seguidores da linha galénica que ao longo do tempo ia sofrendo algumas adaptações. Pode dizer-se que se tratava de uma polifarmácia galénica, de uma dimensão polifarmacêutica do medicamento, que tirava habitualmente partido de fórmulas muito complexas, bem como de práticas de purgas, de sangrias e de clisteres. É vulgarmente apontado como exemplo a recomendação da Faculdade de Medicina de Paris de “sangrar, purgar e clisterizar”<sup>6</sup> e que teve uma larga difusão na Europa.

A medicação química no século XVIII assumia-se como uma rival da polifarmácia galénica. A sua origem remonta à medicação proposta por Paracelso e que foi posteriormente adoptada por outros seguidores dos medicamentos químicos fortes defensores de uma linha terapêutica paracelsista. Neste particular é menção obrigatória a chamada iatroquímica, uma doutrina médica segundo a qual o organismo humano era capaz de estabelecer um conjunto de equilíbrios químicos. A doença resultava de um desequilíbrio químico e a saúde era a condição de equilíbrio. A iatroquímica influenciou sobretudo o centro e o norte da Europa ao qual não será também de estranhar a origem de Paracelso e as movimentações que teve no centro da Europa. No final do século XVII e no início do século XVIII a difusão de muitos produtos químicos era uma realidade e a química entrava fortemente na preparação dos medicamentos. Ficaram para a história muitas substâncias relevantes na preparação de medicamentos como o *Sal de Rochelle* ou *Sal de Seignette*, do *Sal de Glauber*; do *Sal de Prunela*,

---

<sup>5</sup> Cf. Francisco Javier Puerto Sarmiento, *El mito de Panacea* (Madrid 1997) 324 e ss; Juan Esteva, *Historia de la Farmacia. Apuntes* (Barcelona 1979/80) 252 e ss.

<sup>6</sup> Cf. *El mito de Panacea*: 328.

da *Terra Foliada de Tártaro*, do *Sal de Seidlitz* ou *Sal de Epsom*, dos *Pós do Conde Palma*, do *Kermes Mineral*, etc. A concorrência entre medicamentos químicos e medicamentos galénicos era uma realidade muito forte em diversos países europeus, embora em Portugal esse conflito pareça não ser sido demasiado significativo<sup>7</sup>.

Além dos medicamentos galénicos e dos medicamentos químicos, o arsenal terapêutico medicamentoso tinha ainda uma outra realidade: os medicamentos constituídos pelas drogas provenientes de paragens mais distantes, sobretudo as drogas americanas, que se vinham a revelar do maior interesse para a terapêutica medicamentosa europeia. Com efeito, as drogas americanas, sobretudo sul-americanas, vieram mostrar grande eficácia no tratamento de muitas doenças. As farmacopeias europeias, gradualmente, integraram reconhecidamente essas drogas no arsenal terapêutico. Algumas drogas, como por exemplo o café, não eram exclusivas da América. Contudo, foi a partir do continente americano que teve maior projecção. As drogas americanas ocasionaram significativos estudos naturalistas, mas também estudos médicos. As propriedades medicinais dessas drogas foram estudadas e sublinhadas por vários autores. São várias as que tiveram um impacto relevante na terapêutica europeia. As mais vulgarmente referidas são a *quina*, a *ipecacuanha*, o *guaiaco*, a *salsaparrilha*, o *café*, o *tabaco*, o *cacau*, etc.. Também são dignas de registo as rotas comerciais que se proporcionaram com estas drogas. Entre elas merece uma referência específica a *quina*. Esta droga vegetal teve pela primeira vez informação escrita na literatura europeia na obra de Pedro Barba, *Vera praxis ad curationem tertianae* (1642). Bernardino António Gomes, médico português, extraiu da quina o *chichonino* (1810), o primeiro alcalóide daquela droga vegetal; mais tarde, Pelletier e Caventou, em 1820, em França, extraíram o *quinino*, poderoso *anti-palúdico* e *febrífugo*. No estudo que realizámos, a quina foi a droga mais consumida no Hospital Escolar da Universidade de

---

<sup>7</sup> Julgamos que é um estudo que está por fazer profundamente: avaliar eventuais relações de harmonia ou de conflito entre galenistas e paracelsistas ou partidários de medicamentos químicos.

Coimbra, em finais do século XVIII<sup>8</sup>. A quina passou a ser incluída nas farmacopeias europeias, incluindo as portuguesas, tanto no aspecto monográfico como na preparação de diversos medicamentos e sob várias formas farmacêuticas. A *Água de Inglaterra*, famoso medicamento secreto, incluía quina na sua composição<sup>9</sup>. No Museu da Farmácia, em Lisboa, encontram-se em exposição alguns exemplares de garrafas de Água de Inglaterra. Os remédios secretos eram produzidos por profissionais sanitários, nomeadamente médicos e cirurgiões, sendo de referir os nomes de João Curvo Semedo, de Jacob de Castro Sarmento, de Fernando Mendes que produziram *Água de Inglaterra*. Na sua obra *Materia Medica Physico-Historico-Mechanica* (1758) Castro Sarmento (1691-1762) coloca no rosto da mesma a indicação do seu conteúdo “os principais remédios do presente estado da matéria médica; como sangria, sanguessugas (...) quina-quina e, em especial, as minhas Águas de Inglaterra”.

No que concerne a terapêuticas entre finais do século XVII e inícios do século XVIII, assinala-se que se fizeram algumas experiências de transfusões sanguíneas e de utilização de injectáveis. Estas práticas foram abandonadas pelo facto de não se reunirem os meios científicos e técnicos mais adequados para a sua execução<sup>10</sup>. Francesco Folli (1623-1685) e Richard Lower (1631-1691), que terá sido o primeiro a realizar transfusão de um animal a outro (1665), são alguns dos primeiros autores nesta matéria; Jean Denis (1640-1704) que realizou a primeira transfusão de um animal (cordeiro) a um homem (1667). Os estudos sobre as transfusões sanguíneas foram retomados mais tarde, sendo de sublinhar já no século XX os trabalhos de Karl Landsteiner (1868-1943) cujas conclusões vieram a público em 1900. Relativamente aos injectáveis refiram-se as experiências do inglês

---

<sup>8</sup> Cf. a parte relacionada com o consumo de drogas e medicamentos no Hospital Escolar da Universidade de Coimbra entre 1772 e 1836 em João Rui Pita, *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal (1772-1836)* (Coimbra 1996). Sobre o consumo da quina no Hospital Escolar veja-se, também, João Rui Pita, “A quina e outras drogas americanas na produção medicamentosa do Hospital da Universidade de Coimbra nos finais do século XVIII”: *Mare Liberum — Revista de História dos Mares* 17 (1999) 197-228.

<sup>9</sup> Cf. J. P. Sousa Dias, *A “Água de Inglaterra” no Portugal das Luzes. Contributo para o estudo do papel do segredo na terapêutica do século XVIII* (Lisboa 1986).

<sup>10</sup> Cf. João Rui Pita, *História da Farmácia*, 3ª ed. (Coimbra 2007) 157 e ss.

Christopher Wren (1632-1723) em 1657. Mas também podem ser citados o nome Johann Daniel Major (1634-1693) e as publicações de *Chirurgiae infusoriae* (1667) e de *De transfusi sanguinis historia* (1676).

Entre finais do século XVII e início do século XVIII as águas mineromedicinais conseguem alguma popularização. São publicadas algumas obras sobre a problemática das águas focando quer a sua aplicação, quer a sua análise sendo de referir, já na segunda metade do século XVIII, a importância que a química de Lavoisier (1743-1794) veio a ter na caracterização das águas. No final do século XVIII, em 1783, o suíço Johann Jacob Schweppe (1740-1821) inventa um modo de produção de água carbonatada em grande escala; fundou uma empresa em Genebra que depois se mudou para a Inglaterra; estava lançada, assim, a base da marca *Schwepes*. Neste particular das águas mineromedicinais em Portugal refiram-se, entre vários, o nome de Francisco da Fonseca Henriques (1665-1731), autor da célebre obra *Aquilegio medicinal* (1726). Também é incontornável o nome de Francisco Tavares (1750-1812)<sup>11</sup>, que dedicou parte da sua significativa obra escrita ao estudo das águas<sup>12</sup>.

Mais concretamente no domínio farmacêutico entre vários nomes de referência de finais do século XVII e início do século XVIII cite-se a figura

---

<sup>11</sup> Sobre Francisco Tavares veja-se o que é referido na obra de João Rui Pita, *Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal (1772-1836)*. Ver igualmente, por exemplo, João Rui Pita, "Francisco Tavares: um marco na memória e no imaginário da medicina e da farmácia portuguesas": *Cadernos de Cultura. A Medicina na Beira Interior. Da Pré-História ao Século XXI* 23 (2009) 137-141; Ana Leonor Pereira; João Rui Pita, "Francisco Tavares": *Vivo. Revista Mensal de Saúde* 2 (2000) 42-43. É de muito interesse o estudo de Feliciano Guimarães, "Francisco Tavares, hidrologista": *Publicações do Instituto de Climatologia e Hidrologia da Universidade de Coimbra* 9 (1947) 5-53.

<sup>12</sup> Veja-se, por exemplo, Francisco Tavares, *Advertências sobre os abusos, e legitimo uso das águas minerais das Caldas da Rainha, para servir de regulamento aos enfermos que delas têm precisão real* (Lisboa 1791); Francisco Tavares, *Instruções e cautelas práticas sobre a natureza, diferentes especies, virtudes em geral e uso legitimo das aguas minerais, principalmente de Caldas; com a notícia daquellas, que são conhecidas em cada uma das provincias do reino de Portugal e o methodo de preparar as aguas artificiaes* (Coimbra 1810).

tutelar de Nicolás Lémery (1645-1715)<sup>13</sup>, boticário francês natural de Rouen. Lémery estudou química em Paris e Montpellier e junto da sua botica fundou um curso de química que rapidamente se difundiu e alcançou grande prestígio. Lémery foi boticário real e deixou uma notável obra escrita. Ficaram famosas, entre outros, o *Cours de Chymie* e a *Pharmacopée Universelle*, esta última, de muito significado na divulgação da farmácia química. Deve assinalar-se que na segunda metade do século XVII e nos primeiros anos do século XVIII, vários químicos e boticários sublinharam o valor da química na preparação dos medicamentos. Tanto assim era que começava a surgir a interrogação se a farmácia seria galénica ou se seria química. Ou se seria simultaneamente galénica e química. Neste período a química desvinculava-se da alquimia, sendo de referir o nome de Robert Boyle (1627-1691) que se empenhou na ruptura com os quatro elementos aristotélicos (terra, água, ar e fogo) e os três elementos paracelsistas (enxofre, mercúrio e sal).

Entre outros nomes relevantes e cujas obras foram referência na Europa citem-se, apenas como exemplos sabendo-se que é extensa a lista, os do francês Moyse Charas (1619-1698)<sup>14</sup>, autor, entre outras obras, da famosa *Pharmacopée Royale Galénique et Chimique* (1672) com reedições pelo século XVIII, havendo uma certa sobreposição da medicação química relativamente aos medicamentos galénicos. Juan Helfric Jüngken (1648-1726) é autor de relevantes obras escritas no domínio fármaco-terapêutico como *Chymica Experimentalis curiosa ex principis mathematicis demonstrata* (1681), *Corpus Pharmaceutico-Chymico-Medicum universale* (1697), *Lexicon Pharmaceuticum* (1698) e *Lexicon Chymico-Pharmaceuticum* (1709). Antoine Baumé (1728-1804), outra figura incontornável da farmácia europeia, viria a influenciar Portugal e outros países pela sua obra escrita durante a segunda metade do século XVIII. Tal como acontecia com outros farmacêuticos

---

<sup>13</sup> Veja-se uma recente síntese biográfica de Lémery em Olivier Lafont, “Lémery (Nicolas)”: Olivier Lafont, *Dictionnaire d’Histoire de la Pharmacie. Des origines à la fin du XIX siècle* (Paris 2003) 243-244.

<sup>14</sup> Veja-se uma síntese biográfica de Lémery em Olivier Lafont, “Charas (Moyse)”: Olivier Lafont, *Dictionnaire d’Histoire de la Pharmacie. Des origines à la fin du XIX siècle* (Paris 2003) 93-94.



setecentistas, Baumé legou-nos uma importante obra química a par de obra farmacêutica. Entre várias obras refira-se a publicação dos *Eléments de pharmacie théorique et pratique* (1ª ed. 1762).

Em vários países europeus, desde finais do século XVII, a publicação de farmacopeias foi uma realidade muito forte e que se veio a acentuar no decurso do século XVIII. Neste século, surgem e divulgam-se farmacopeias oficiais. As farmacopeias eram, na generalidade, um inventário de drogas, de operações farmacêuticas e de formulários. Estava em causa sistematizar a medicação, as drogas, valorizando o que era mais útil e benéfico. As farmacopeias reflectem, por isso, as diferentes correntes fármaco-terapêuticas que iam influenciando a medicina e a farmácia europeias<sup>15</sup>. Havia farmacopeias acentuadamente de natureza mais galénica e outras de natureza mais química. Mais tarde, já no século XVIII, sobretudo na sua segunda metade, esta distinção não se colocava.

As primeiras farmacopeias não eram oficiais e eram redigidas por um autor. No século XVIII difundiram-se as primeiras farmacopeias oficiais que acompanharam o movimento sanitário internacional. A publicação de obras desta natureza reflectiam a vontade normalizadora do Estado ou o perfil racionalista da época também nesta área, designadamente a preparação de medicamentos, a conservação das drogas e a prescrição médica<sup>16</sup>.

Muitas farmacopeias cuja origem remonta a meados do século XVII permaneceram em circulação no século XVIII com edições actualizadas. Era essa a lógica das farmacopeias: a sua actualização permanente. Algumas farmacopeias tiveram uma circulação muito larga e outras tiveram uma circulação muito reduzida. Entre muitos exemplos de farmacopeias refiram-se: a *Pharmacopea Augustana* (1601, com outras edições até 1794), a *Pharmacopea sive de vera pharmaca conficiendi et praeparandi methodo...* (Veneza, 1617, com reedições até 1790), a *Pharmacopea Londinensis* (1618, com outras edições até ao século XIX), a *Pharmacopoea Amstelredamensis* (Amsterdam, 1636), a *Pharmacopea Parisiensis* (Paris, 1638), a *Pharmacopea Bruxelensis* (Bruxelas,

---

<sup>15</sup> Cf. Glenn Sonnedecker, "The founding period of the U. S. Pharmacopeia. I., European Antecedents": *Pharmacy in History* 4 (1993) 151-162.

<sup>16</sup> Cf. Ana Leonor Pereira; João Rui Pita, "Liturgia higienista no século XIX — pistas para um estudo": *Revista de História das Ideias* 15 (1993) 437-559.

1641 reeditada até 1739), a *Pharmacopea Antuerpensis* (Antuérpia, 1661), a *Pharmacopée royale galénique et chimique* (1672, com outras edições no século XVIII), a *Pharmacopea Cathalana* (Barcelona, 1686), o *Dispensatorium Branderbugicum* (Brandenburgo, 1698), etc..

A edição de muitas destas farmacopeias teve continuidade no século XVIII mas surgiram outras bem demarcadas territorialmente que foram pensadas na sua génese como farmacopeias oficiais, isto é, farmacopeias reconhecidas pelo Estado como textos oficiais e aplicáveis a um país. Como exemplos refira-se que em Espanha a primeira farmacopeia de âmbito nacional surgiu em 1739, a *Pharmacopea Matritensis*. Em Portugal, a primeira farmacopeia oficial, a *Pharmacopeia Geral* foi publicada em 1794. A edição de uma farmacopeia oficial em Portugal era, segundo os *Estatutos Pombalinos* da Universidade de Coimbra (1772), da responsabilidade da Faculdade de Medicina. Foi editada vinte e dois anos depois da publicação dos estatutos e foi seu autor Francisco Tavares. Este lente da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra era filho de um boticário famoso da cidade e ensinou, entre outros assuntos, *matéria médica* e *arte farmacêutica* na Universidade.

### **Boticas, farmacopeias e arte farmacêutica em Portugal no século XVIII**

Tudo parece indicar que a comunidade farmacêutica portuguesa não foi muito receptiva à introdução de medicamentos químicos. Este estado de coisas pode ser entendido se atendermos a uma série de factores como as deficientes estruturas das boticas, o pouco investimento em equipamento e apetrechamento das boticas e o ascendente sócio-económico dos droguistas sobre os boticários. Algumas vezes os droguistas ocupavam-se da preparação dos medicamentos químicos, desempenhando abusivamente o papel do boticário. A formação dos boticários portugueses era muito insuficiente em matéria de medicamentos químicos<sup>17</sup>. Era essencialmente uma formação galénica muito tradicional, não havendo qualquer ensino oficial de química para boticários, nem escolas privadas de ensino de química como acontecia, por exemplo, em França. Mas a química tornava-se estrutural para o

---

<sup>17</sup> Cf. J. P. Sousa Dias, *Inovação técnica e sociedade na farmácia da Lisboa setecentista* (Lisboa 1991).

trabalho farmacêutico. Só mais tarde, com o curso de boticários da Universidade de Coimbra introduzido pela reforma pombalina (1772) é que os boticários portugueses tiveram, na sua formação, acesso a um contacto com a química<sup>18</sup>.

Quando em 1704 a primeira farmacopeia portuguesa (não oficial) foi publicada, a *Pharmacopea Lusitana*, o acesso à profissão de boticário podia ser feito por duas vias: através do curso de boticários da Universidade de Coimbra ou pela via do Físico-Mor (este regime de formação vinha, em traços gerais, desde o Regimento do Físico-Mor do Reino de 1521). O acesso através da Universidade consistia no seguinte: os candidatos matriculavam-se na Universidade, aprendiam latim durante dois anos e depois praticavam a arte de boticário numa botica sob a orientação do boticário proprietário, durante quatro anos; findo este tempo, os candidatos vinham fazer exame à Universidade de Coimbra; sendo considerados aptos, podiam exercer a arte em qualquer parte do país. Para a frequência do curso na Universidade foram estabelecidos partidos num número total de dez. Os partidos eram um financiamento para os que quisessem ter acesso à profissão pela via da Universidade. A verba atribuída revertia, habitualmente, na totalidade do montante atribuído para o mestre boticário que recebia na sua botica o aprendiz. Caso sobrasse uma parte da verba atribuída, esse montante era dado ao aprendiz mas raramente ou nunca isso acontecia. A outra via de acesso à profissão era a do Físico-Mor e que consistia no seguinte: todos os que quisessem ser boticários praticavam numa botica do país e após o tempo de prática suficiente para a aprendizagem da arte, os futuros boticários faziam exame perante o Físico-Mor ou um seu delegado; todos os que fossem considerados aptos podiam abrir botica em qualquer ponto do país. Esta última via era a mais escolhida pois tinha vantagens económicas uma vez que a prática da arte de boticário podia ser feita numa botica do local de residência do candidato. O ensino

---

<sup>18</sup> Esta formação química era dada apenas aos alunos do curso regular da Universidade. Os que obtinham o diploma profissional pela via do Físico-Mor ficavam ao cuidado e à formação dada por mestres boticários e, pensamos, nem sempre haveria a adequada formação química.

era totalmente prático, não havendo contacto significativo com inovações científicas, nem com a medicação química<sup>19</sup>.

O exercício profissional era pouco inovador no que diz respeito à aplicação da química na preparação dos medicamentos. Contudo, sabe-se que diversos medicamentos químicos circulavam em Portugal desde os inícios do século XVII, tendo-se dado um aumento da divulgação destes medicamentos com a fixação em Portugal de químicos e destiladores estrangeiros que comercializavam medicamentos químicos. A publicação da obra de João Curvo Semedo (1635-1719) *Polyanthea Medicinal* (1697)<sup>20</sup> e os trabalhos divulgadores de Francisco da Fonseca Henriques (1665-1731)<sup>21</sup> foram muito importantes na introdução da medicação química entre nós. Contudo, a primeira obra a tratar organizadamente e de modo consistente a preparação de medicamentos químicos foi a *Pharmacopea Ulyssiponense* (1716)<sup>22</sup> da autoria de Jean Vigier (1662-1723)<sup>23</sup>. João Vigier veio para Portugal em finais do século XVII, durante algum tempo exerceu a arte farmacêutica no nosso país, mas notabilizou-se como droguista. Em 1714 publicou o *Thesouro Appolíneo, Galénico, Chimico, Chirurgico, Pharmaceutico*, onde aborda os medicamentos químicos.

A *Pharmacopea Lusitana* publicada em 1704 foi o início da publicação de muitas outras farmacopeias. No decurso do século XVIII, foram publicadas várias farmacopeias sendo a primeira oficial a que tem data de 1794. Portanto, durante todo o século XVIII, período intermédio entre a publicação da primeira farmacopeia portuguesa não oficial e a publicação

---

<sup>19</sup> Cf. João Rui Pita, “Farmácia”: Ferrer Correia, Luís A. de Oliveira Ramos, Joel Serrão e António de Oliveira (cords.), *História da Universidade em Portugal — Capítulo V, O Saber: dos aspectos aos resultados* Vol. 1, Tomo II (1537-1771) (Coimbra 1997) 875-881.

<sup>20</sup> João Curvo Semedo, *Polyanthea medicinal* (Lisboa 1697).

<sup>21</sup> Veja-se J. P. Sousa; João Rui Pita, “L'influence de la pharmacie et de la chimie française au Portugal au XVIII<sup>ème</sup> siècle: Nicolas Lémery”: *Revue d'histoire de la pharmacie* 300 (1994) 84-90.

<sup>22</sup> João Vigier, *Pharmacopea Ulyssiponense* (Lisboa 1716).

<sup>23</sup> J. P. Sousa Dias, “João Vigier e a introdução da química farmacêutica em Portugal”: *Medicamento, História e Sociedade* 5 (1987) 1-5.

da primeira farmacopeia portuguesa oficial foram editadas várias obras desta natureza. A amplitude das farmacopeias era diferente<sup>24</sup>.



<sup>24</sup> Veja-se J. P. Sousa Dias, "De Pombal ao Estado Novo: a Farmacopeia Portuguesa e a História (1772-1935)": *Medicamento, História e Sociedade*. Nova série 6 (1995) 1-8; A. Correia Alves; F. Carvalho Guerra, "Breve notícia histórica sobre as Farmacopeias Portuguesas até ao Século XIX": *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal. I Colóquio — até ao século XX. Lisboa, 15 a 19 de Abril de 1985*, vol. 2 (Lisboa: 1986) 815-834; Rafael Folch y Andreu, "As farmacopeias portuguesas": *Notícias Farmacêuticas* 3-4 (1943/44) 201-253; Jorge Gama, "Pequena notícia histórica sobre a origem da farmacopeia portuguesa": *Anais Azevedos* 5 (1953) 259-267; Cf. João Rui Pita, "Ciências médico-farmacêuticas e normalização social": Maria Manuela Tavares Ribeiro (Coord.), *Portugal — Brasil. Uma visão interdisciplinar do Século XX. Actas do Colóquio, 2 a 5 de Abril de 2003* (Coimbra 2003) 405-436; João Rui Pita, "Um livro com 200 anos: a farmacopeia portuguesa (Edição oficial). A publicação da primeira farmacopeia oficial: *Pharmacopeia Geral* (1794)": *Revista de História das Ideias* 20 (1999) 47-100.

Já mais atrás referimos que a faceta normalizadora da farmacopeia no sentido de balizar a correcta prescrição, a eleição das drogas consideradas mais úteis e a mais adequada produção medicamentosa esteve na base da redacção das primeiras farmacopeias não oficiais. Contudo, esta faceta normalizadora acentuou-se mais intensamente com as farmacopeias oficiais. Neste caso há obrigações do Estado na tutela daquela matéria sanitária e há a obrigação por parte dos profissionais e instituições em seguir as normas indicadas. As farmacopeias são reflexo, então, de problemas de ordem científica e técnica, económica, mas também político-social.

Após a publicação da *Pharmacopea Lusitana*, como referimos, foram publicadas em Portugal muitas outras farmacopeias<sup>25</sup>. Entre os séculos XVIII e XIX temos conhecimento da publicação em Portugal das seguintes obras: em 1704 a *Pharmacopea Lusitana*, da autoria de D. Caetano de Santo António; esta obra teve novas edições em 1711, 1725 e 1754, esta última póstuma. Em 1713 D. Caetano de Santo António traduziu a *Pharmacopea Bateana*, de Jorge Bateo (nova edição em 1763)<sup>26</sup>. Em 1716, foi publicada, como referimos, a *Pharmacopea Ulyssiponense*, de João Vigier<sup>27</sup>. Em 1735, Manuel Rodrigues Coelho publicou a primeira edição da *Pharmacopea Tubalense*<sup>28</sup> (novas edições em 1751, 1760) a farmacopeia de maior circulação em Portugal no século XVIII. Em 1766 veio a lume a *Pharmacopea Portuense*, de António Rodrigues Portugal<sup>29</sup> que traduziu a *Pharmacopea Meadiana*, de Ricardo Mead publicada em 1768<sup>30</sup>. Em 1772 foi publicada a primeira

---

<sup>25</sup> Cf. João Rui Pita, “Um livro com 200 anos: a farmacopeia portuguesa (Edição oficial). A publicação da primeira farmacopeia oficial: *Pharmacopeia Geral* (1794)”: *Revista de História das Ideias* 20 (1999) 47-100.

<sup>26</sup> Cf. Maria Celina Parente, *Farmacopeia Bateana: Revista da Ordem dos Farmacêuticos* 27 (1999) 38-40.

<sup>27</sup> *Pharmacopea Ulyssiponense*.

<sup>28</sup> Manuel Rodrigues Coelho, *Pharmacopea Tubalense* (Lisboa, 1735).

<sup>29</sup> António Rodrigues Portugal, *Pharmacopea Portuense* (Porto, 1766). Veja-se: Luís de Pina, “No segundo centenário da primeira farmacopeia portuense de António Rodrigues Portugal (1776-1966)”: *O Médico*, Nova série 840 (1967) 465-478.

<sup>30</sup> Ricardo Mead, *Pharmacopea Meadiana* (Porto, 1768) (traduzida, acrescentada e emendada por António Rodrigues Portugal).

parte da *Farmacopeia Dogmatica*<sup>31</sup>, do religioso Frei João de Jesus Maria (outra parte em 1777), que traduz, mais uma vez, a importância da farmácia conventual. Manuel Joaquim Rodrigues de Paiva, o principal divulgador de obras médicas, farmacêuticas, químicas, etc. em Portugal em finais do século XVIII, publicou em 1785 a primeira edição da *Farmacopéa Lisbonense* (nova edição em 1802)<sup>32</sup>. Em 1794 foi publicada a primeira farmacopeia oficial portuguesa, a *Pharmacopeia Geral*, da autoria de Francisco Tavares<sup>33</sup> (novas edições ou impressões em 1822, 1823, 1824). Jacinto Costa publicou em 1819 a *Pharmacopea Naval e Castrense*<sup>34</sup>. B. J. O. T. Cabral publicou em 1833-34 a *Pharmacopea das Pharmacopeas nacionaes e estrangeiras*<sup>35</sup>. Em 1835, foi publicado o *Código Pharmaceutico Lusitano*, de Agostinho Albano da Silveira Pinto<sup>36</sup>, a segunda farmacopeia oficial portuguesa (novas edições em: 1836, 1841, 1846, 1858, 1876, estas duas últimas edições póstumas feitas por José Pereira dos Reis). Em 1876 foi publicada a terceira farmacopeia oficial portuguesa, a *Pharmacopea Portuguesa, edição oficial*, que é a primeira farmacopeia da autoria de uma comissão oficial (Presidente: Bernardino António Gomes)<sup>37</sup>.

---

<sup>31</sup> João de Jesus Maria, *Pharmacopea dogmatica medico-chimica, e theorico-pratica* (Porto 1772).

<sup>32</sup> Manuel Joaquim Henriques de Paiva, *Farmacopéa Lisbonense* (Lisboa 1785); *Farmacopéa Lisbonense* (Lisboa 1802). Recorde-se que Manuel Joaquim Henriques de Paiva traduziu e fez aditamentos na *Pharmacopoeis Collegii Regalis Medicorum Londinensis* (Olisipone 1791).

<sup>33</sup> *Pharmacopeia Geral para o reino, e dominios de Portugal*, 2 vols. (Lisboa 1794). Embora não esteja assinada a obra é da autoria de Francisco Tavares. Sobre esta farmacopeia, veja-se: o estudo realizado por João Rui Pita em *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal (1772-1836)* (Coimbra, 1996) 169-258. Do mesmo autor, "Plantas medicinais da primeira farmacopeia oficial portuguesa (*Pharmacopeia Geral*, 1794)": *Munda* 30 (1995) 57-68; Ana Luísa Janeira e Ana Maria Carneiro, "Quando uma rainha regulamenta o bem-estar dos seus fiéis vassallos": *Prelo* 6 (1985) 95-103.

<sup>34</sup> Jacinto Costa, *Pharmacopea Naval e Castrense*, 2 vols. (Lisboa 1819).

<sup>35</sup> B. J. O. T. Cabral, *Pharmacopea das Pharmacopeas nacionaes e estrangeiras*, 2 vols. (Lisboa 1833-1844).

<sup>36</sup> Agostinho Albano da Silveira Pinto, *Código Pharmaceutico Lusitano* (Coimbra 1835).

<sup>37</sup> *Pharmacopea Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1876. Não referimos as farmacopeias do século XX. Contudo, queremos salientar que a farmacopeia de 1876 foi



Em Portugal houve várias instituições religiosas das quais chegaram até nós testemunhos relevantes das suas boticas. Na história da farmácia em Portugal é possível serem indicadas algumas ordens religiosas que tiveram conventos com boticas relevantes mas outras instituições como, por exemplo, as boticas de colégios religiosos como a do Colégio de Jesus de Bragança no século XVIII, instituição da Companhia de Jesus, que tivemos

---

substituída em 1935 pela primeira edição da *Farmacopeia Portuguesa*, edição oficial a quarta farmacopeia oficial portuguesa, vulgarmente designada por *FP IV* e que teve nova edição em 1946 e um suplemento em 1961. Em 1986 foi publicada a *Farmacopeia Portuguesa V*, a quinta farmacopeia oficial portuguesa. De então para cá novas edições têm sido feitas obedecendo aos propósitos normalizadores da Europa comunitária.

Ágora. Estudos Clássicos em Debate 14.1 (2012)



oportunidade de estudar. Entre as instituições religiosas mais relevantes neste domínio assinalem-se, por exemplo, os cónegos regrantes de Santo Agostinho, os dominicanos, os jesuítas, os carmelitas, os beneditinos, os oratorianos. É possível assinalar o destaque dado à arte farmacêutica no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, no Convento da Ordem de Cristo, em Tomar e no Convento de Mafra. Mas também no Convento de S. Domingos em Lisboa e da mesma Ordem nos Conventos de Aveiro e da Batalha. Nestes comercializava-se a “água celeste” um remédio secreto utilizado para o paludismo. Em Lisboa assinalem-se as boticas muito importantes dos jesuítas, do Colégio de Santo Antão e da Casa Professa de S. Roque e podem assinalar-se muitas outras boticas afectas à Companhia de Jesus como as de Évora, Coimbra, Bragança, Goa, Macau e muitas dispersas no Brasil. Mas podíamos assinalar muitas outras boticas conventuais em todo o território português. As boticas, muitas vezes, funcionavam como relevante fonte de financiamento da Ordem a que estava afectada pois muitas delas forneciam medicamentos a hospitais e à população, funcionando assim como uma grande botica de produção e de fornecimento de medicamentos a quem deles necessitava. Deste modo as boticas conventuais tornavam-se sérias concorrentes das boticas laicas. Este estado de coisas foi contestado por várias boticas de particulares. As boticas conventuais por vezes preparavam medicamentos mais sofisticados que fugiam aos medicamentos mais usuais. Há conhecimento de preparação e fornecimento de medicamentos como pedras cordiais, a teriaga brasílica e mesmo medicamentos secretos como a tão conhecida Água de Inglaterra. Esta era vendida em Lisboa pelos padres jesuítas a partir da produção de Jacob de Castro Sarmiento e da fórmula de Fernando Mendes.

Embora a arte farmacêutica fosse uma actividade masculina ou praticamente masculina até ao século XX, deve sublinhar-se que a arte farmacêutica conventual não era apenas realizada por homens. Em conventos de Ordens religiosas femininas temos notícias de exercício da arte farmacêutica a ser realizado por mulheres. Temos notícia, por exemplo, de freiras boticárias que exerciam a sua arte em boticas conventuais. Com elas aprenderam outras mulheres que queriam ficar habilitadas como boticárias. É o caso de Ana Fortunata Quaresma de Almeida, de Penela, que praticou

inicialmente numa botica aberta ao público e depois na botica do Convento do Carmo, em Tentúgal. Neste Convento trabalhou entre 1850 e 1851 sob as ordens da freira boticária Soror Maria Lucina do Menino Jesus e da Priora Soror Maria Rosa Casemira do Monte Carmelo.

Chegaram até nós provas documentais que testemunham o papel de vários boticários no exercício da arte farmacêutica conventual. Embora fosse um trabalho anónimo, podemos dizer que alguns deles ultrapassaram a barreira do anonimato. Alguns boticários conventuais tiveram um protagonismo significativo para além dos muros do exercício da arte farmacêutica nos seus conventos. É o caso, por exemplo, do papel de religiosos no início da comercialização da quina, no século XVII, através dos jesuítas e, depois, a sua chegada à Europa.

Um dos boticários portugueses que melhor representam a farmácia conventual é D. Caetano de Santo António que era Cónego Regrante de Santo Agostinho. Este boticário foi o autor da *Pharmacopea Lusitana* (1704) — como referimos, a primeira farmacopeia portuguesa. Caetano de Santo António era religioso no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, trocou Coimbra por Lisboa tendo ido para S. Vicente de Fora. Neste mosteiro publicou as outras edições da *Pharmacopea Lusitana* (1711 e 1725) obra que teve ainda, como referimos, uma edição póstuma. Outro boticário que redigiu uma conhecida farmacopeia foi Frei João de Jesus Maria. Este boticário era beneditino e publicou em 1772 a *Pharmacopea Dogmática* uma das várias farmacopeias publicadas em Portugal no decurso do século XVIII. Outro boticário que redigiu obras assinaláveis foi o carmelita Frei Cristóvão dos Reis que foi boticário da botica do Convento do Carmo em Braga. Em 1772 Frei Cristóvão dos Reis (n. 1714) publicou o *Manifesto de quatro remedios particulares da Botica do Carmo da Cidade de Braga, observados ha muitos annos por seu inventor (...)* e em 1779 uma completa obra intitulada *Reflexões experimentaes methodico-botanicas*<sup>38</sup>.

Em finais do século XVII assinalem-se entre boticários conventuais na botica do Convento de S. Domingos, em Lisboa, os nomes de Frei José das Chagas, de Frei Manuel de Jesus Maria e de Frei de João de Santa Luzia,

---

<sup>38</sup> Cristóvão dos Reis, *Reflexões experimentaes methodico-botanicas* (Lisboa 1779).

que até ao início do século XVIII trabalharam de forma competente nas respectivas boticas. A estes boticários conventuais se fica em parte a dever a recepção e divulgação em Portugal de remédios secretos, por exemplo do médico João Curvo Semedo. Ainda no século XVII assinala-se o labor de boticários conventuais dominicanos em Aveiro e na Batalha foi o caso de Frei Gualter de Santo António.

Digno de registo é o trabalho do boticário P. Alexandre Botelho, na botica do Colégio de Santo Antão. Esta botica teve um papel significativo na farmácia em Portugal na primeira metade do século XVIII; estabeleceu fortes relações comerciais com outros boticários de Lisboa e de fora de Lisboa e com a Casa Real. O P. Alexandre Botelho comercializou medicamentos secretos como a Água de Inglaterra produzida em Londres por Jacob de Castro Sarmiento. Depois produziu também outros medicamentos secretos na própria botica como seja a produção da Água de Inglaterra de acordo com a fórmula do conhecido médico Fernando Mendes.

Também é digno de registo o papel desempenhado pelo Padre Francisco José de Torres que durante mais de trinta anos foi o administrador do Dispensatório Farmacêutica do Hospital Escolar da Universidade de Coimbra, criado com a reforma pombalina da Universidade (1772) e que era a botica do Hospital Escolar. Esta botica preparava medicamentos para os doentes do hospital e para a população em geral, sendo uma botica de enormes dimensões e que concorria com as outras boticas da cidade. O P. Francisco José de Torres, além de responsável pela administração da botica, orientava outros boticários na preparação de medicamentos e tutelava os que frequentavam o curso de boticários da Universidade cuja componente farmacêutica era leccionada no Dispensatório<sup>39</sup>.

Também poderá ser oportuno referir o nome do religioso nascido no Brasil e que viveu em Portugal durante um tempo significativo: José

---

<sup>39</sup> Sobre este assunto de boticários conventuais vejam-se: J. P. Sousa Dias; João Rui Pita, "A Botica de S. Vicente e a Farmácia nos mosteiros e conventos da Lisboa setecentista": *A Botica de São Vicente de Fora* (Lisboa 1994) 19-25; João Rui Pita, "A botica conventual": José Eduardo Franco (Dir.), *O esplendor da austeridade. Mil anos de empreendedorismo das Ordens e Congregações em Portugal: arte, cultura e solidariedade* (Lisboa 2011) 553; João Rui Pita, "Alguns boticários conventuais portugueses": *ibidem*, 573.

Mariano da Conceição Veloso (1742-1811). Este religioso franciscano não foi propriamente um boticário conventual, mas um religioso que para além da filosofia e da teologia se interessou por áreas científicas como a geometria e a botânica. Legou-nos várias obras de sua autoria, como por exemplo a famosa *Floræ Fluminensis* (...) impressa em 1825-1827 e 1832 e muitas outras que são traduções ou compilações, neste caso a *Quinographia portugueza* (...) publicada em 1799.

### **A farmácia conventual portuguesa e a produção científica farmacêutica: a publicação da *Pharmacopea Lusitana* (1704)**

Em 1704 foi publicada a primeira edição da *Pharmacopea Lusitana*<sup>40</sup>. Esta obra tem como subtítulo *Methodo pratico de preparar & compor os medicamentos na forma Galenica com todas as receitas mais uzuais*. É seu autor D. Caetano de Santo António, cónego regrante de Santo Agostinho. A obra foi impressa na cidade de Coimbra por João Antunes. Trata-se da primeira farmacopeia portuguesa, isto é, da primeira farmacopeia editada em Portugal, redigida por um português e em língua portuguesa. Era uma farmacopeia não oficial, isto é, não foi mandada redigir pelas vias oficiais, o que era habitual na época. A primeira farmacopeia oficial portuguesa surge em 1794 — a *Pharmacopeia Geral*, da autoria do médico Francisco Tavares, como referimos.

D. Caetano de Santo António nasceu em Buarcos, Figueira da Foz, a pouco mais de 40 Km de Coimbra. Professou no dia 26 de Outubro de 1698. Foi boticário no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, tendo permanecido aqui alguns anos a exercer a arte de botica. Depois de ter permanecido algum tempo em Coimbra, no Mosteiro de Santa Cruz, D. Caetano de Santo António foi para Lisboa. Sabe-se que em 1709 já estava em S. Vicente de Fora, em Lisboa. E foi nesta cidade que redigiu as duas edições seguintes da farmacopeia, publicadas em 1711 e em 1725. Faleceu em 1730 também em Lisboa. A *Pharmacopea Lusitana* teve uma edição póstuma em 1754. Mas, vamos centrar a nossa atenção na edição de 1704, justamente a

---

<sup>40</sup> Veja-se D. Caetano de Santo António, *Pharmacopea Lusitana* (Coimbra 1704).

primeira, como estudo de caso da produção científica oriunda da farmácia conventual.

O facto de a *Pharmacopeia Lusitana* ter sido redigida por um religioso traduz a importância na época da farmácia conventual bem como o nível de instrução dos boticários religiosos. De resto, deve salientar-se o valor da biblioteca médico-farmacêutica do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, que podemos avaliar pelos exemplares que nos chegaram até hoje, existentes na Biblioteca da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra<sup>41</sup>.

O interesse da arte farmacêutica, tanto do estudo das drogas como da preparação de medicamentos por parte de religiosos, encontra-se bem patente em figuras como João Loureiro, João de Jesus Maria, Cristóvão dos Reis, Mariano da Conceição Veloso, etc.

Como referimos, a *Pharmacopea Lusitana* é a primeira farmacopeia redigida em português, por um boticário português e publicada em Portugal. É, por conseguinte, a primeira farmacopeia portuguesa. Não era oficial pois a sua publicação não dependeu de controlo governamental. Sabe-se que em 1703 a farmacopeia já se encontrava redigida. Tem um total de 431 páginas, para além de 8 folhas de introdução e 12 folhas finais de índices<sup>42</sup>.

No dizer de D. Caetano de Santo António foram várias as razões que o motivaram a redigir uma obra daquela natureza: a necessidade de ter uma farmacopeia em língua portuguesa; o facto de os boticários portugueses não dominarem línguas estrangeiras nem latim, o que dificultava o seu acesso a essas obras; a falta de motivação dos boticários para adquirirem obras estrangeiras; a necessidade de substituir os apontamentos manuscritos com muita falta de rigor técnico e científico, utilizados pelos boticários para a preparação dos medicamentos; a consciência de que havia perigo para a saúde se os medicamentos fossem preparados com pouco rigor<sup>43</sup>.

---

<sup>41</sup> Cf. *Catálogos dos livros dos séculos XV, XVI, XVII e XVIII existentes na Biblioteca Central da Faculdade de Medicina de Coimbra* (Coimbra 1985).

<sup>42</sup> Veja-se, também, a edição fac-símile editada em 2000, em Coimbra, pela Minerva, com organização e nota introdutória de João Rui Pita.

<sup>43</sup> Cf. João Rui Pita, "A *Pharmacopea Lusitana* de D. Caetano de Santo António ou quando se faz 'Divino o Remédio Humano'": *Pharmacopea Lusitana* (Coimbra 2000) IX-XXV (Reprodução fac-símile da primeira edição (1704) realizada a partir do exemplar

D. Caetano de Santo António teve a preocupação de fazer uma obra baseada em autores consagrados. Recorre a autores clássicos tanto autores árabes como europeus, cerca de 100, entre os quais podemos sublinhar Amato Lusitano, André Laguna, André Matíolo, Aristóteles, Arnaldo de Vilanova, Avenzoar, Avicena, Cristóvão da Costa, Dioscórides, Duarte Madeira, Galeno, Gabriel Falópio, Garcia de Orta, Johann Zwelfer, João Curvo Semedo, João de Vigo, Luís de Oviedo, Mesué, Monardes, Rhazés, Sílvio, Teofrasto, Zacuto Lusitano, etc. Nicolas Lémerý, um autor que tutelava na época a medicação química não é referido, o que não admira pois a química não constituía neste caso uma preocupação prioritária.

A obra encontra-se dividida em 12 grandes partes que o autor designa por tratados, tendo como abertura o *Proemium Ex Dioscoride*. A divisão da obra é, então, a seguinte: Tratado 1 — Dos Canones de Mesué; Tratado 2 — Da Eleição de varios simples; Tratado 3 — Das Agoas compostas, vinagres & vinhos (total de 27 fórmulas); Tratado 4 — Dos Elegmas, ou Lochs, cozimentos, & conservas (total de 28 fórmulas); Tratado 5 — Dos Xaropes simples, & compostos (total de 66 fórmulas); Tratado 6 — Dos Electuarios purgantes, Hieras, & Confeçoens Cordeais, & Opiatas (total de 51 fórmulas); Tratado 7 — Das Pirolas (total de 27 fórmulas); Tratado 8 — Dos Trociscos (total de 38 fórmulas); Tratado 9 — Dos Collyrios, & algumas receitas de pòs Magistralis (total de 5 fórmulas); Tratado 10 — Dos Oleos (total de 34 fórmulas); Tratado 11 — Dos Unguentos (total de 64 fórmulas); Tratado 12 — Dos Emplastos, & Cerotos (total de 41 fórmulas); Tratado dos Pezos, & Medidas mais uzuais.

Na parte introdutória o autor faz considerações sobre as plantas, seu conhecimento, colheita e conservação. Na parte dos tratados, inicialmente o autor inscreve os *canones* de Mesué; e a inscrição destes *canones* reflecte a orientação galénica da farmacopeia. Trata-se de um dos autores de referência para os galenistas. Neste *Tratado*, como se refere, Mesué “ensina a

---

existente na Biblioteca Central da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra). Veja-se, também, os apontamentos de Maria Fernanda de Brito, “Ainda a Farmacopeia Lusitana de D. Caetano de Santo António”: *Revista da Ordem dos Farmacêuticos* 10 (1996) 56-57; Maria Celina Parente, “Farmacopeia Lusitana: privilégios”: *Revista da Ordem dos Farmacêuticos* 25 (1998) 46-47.

*Ágora. Estudos Clássicos em Debate* 14.1 (2012)

preparar os medicamentos”, sendo portanto esta parte aquela que dizia respeito à arte farmacêutica propriamente dita: considerações sobre as formas farmacêuticas e as operações necessárias à transformação das drogas em medicamentos. Neste mesmo *Tratado I* define-se também medicamento como sendo “aquele que pode alterar a nossa natureza; ou (...) é aquele que aplicado a um corpo humano sara as suas enfermidades; ou é aquele instrumento do qual usam os médicos para sararem as nossas enfermidades”. Segundo D. Caetano de Santo António os medicamentos podiam ser de dois tipos: simples e compostos. Todo o medicamento simples era aquele “tal qual a natureza o criou”; o medicamento composto era aquele “que se compõe de uma ou de mais coisas juntas por arte”. Para além disso, o autor divide os medicamentos em benignos e malignos<sup>44</sup>. Seguidamente a obra encerra 84 pontos (*canones*) onde se descrevem assuntos relacionados com as operações farmacêuticas a aplicar na preparação dos medicamentos, bem como outras considerações relacionadas com as drogas a utilizar na preparação dos medicamentos.

No Tratado 2 intitulado *Da Eleição de varios simples*, o autor descreve um conjunto de drogas úteis à preparação de medicamentos. O autor inscreve na *Pharmacopea Lusitana* um total de 72: Absinto (*De absinthio*); Açúcar (*De sacharo*); Agaloco (*De agaloco*); Agarico (*De agarico*); Alcaçuz (*De lyquiritia*); Alcatira (*De tragacantha*); Alcebran (*De alcebran*); Almecega (*De mastiche*); Almíscar (*De moscho*); Âmbar (*De ambra*); Ameixas (*De prunis*); Avenca (*De capillis veneris*); Azaro (*De asaro*); Azebre (*De aloe*); Brionia (*De brionia, aut fescera*); Cálamo aromático (*De calamo aromatico*); Canafístola (*De Casiafistula*); Canela (*De casia*); Cânfora (*De camphura ex Sylvio*); Cardamomo (*De cardamomo*); Cartamo (*De carthamo*); Castóreo (*De castóreo*); Cebola albarrã (*De squilla*); Centáurea (*De centaurea*); Coloquintidas (*De colocynthida*); Cravo da Índia (*De garyophyllis*); Cubebas (*De cubebis*); Epitimo (*De epithimo*); Erva Doce (*De aniso*), Escamónea (*De scamonea*); Espódio (Despodio); Esquinanto (*De schænantho*); Estoraque (*De stirace*); Eufórbio (*De euphorbio*); Eupatório (*De Eupatorio*); Galanga (*De galanga*); Gengibre (*De zingibere*); Goma arábica (*De gummi arabica*); Heléboro (*De eleboro*); Hermodactilo (*De hermodactilis*); Hissopo (*De hyssopo*); Incenso

---

<sup>44</sup> Vejam-se todas estas definições em *Pharmacopea Lusitana*: 5 e ss.

(*De thure*); Iris (*De iride*); Láudano (*De laudano*); Macis (*De macis*); Maná (*De manna*); Mesereão (*De mesereon*); Mirabolanos (*De Mirabolanis citrinis*); Mirra (*De mirrha*); Molarinha (*De fumo terræ*); Ópio (*De opio*); Opoponaco (*De opoponaco*); Pedra Arménia (*De lapide armeno*); Pedra azul (*De lapide lasuli*); Pepino de S. Gregório (*De cucumere asinino*); Pimenta (*De pipere longo, albo & nigro*); Polipódio (*De polipodio*); Rosas (*De rosis*); Rosmaninho (*De sthæchade*); Ruibarbo (*De Rabarbaro*); Sagapeno (*De serapino aut sagapeno*); Sândalo (*De santalis*); Sangue de drago (*De lachryma draconis*); Sarcocola (*De sarcocolla*); Sene (*De senne*); Serpentaria (*De luf. seu serpentaria*); Soro de Leite (*De sero lactis*); Tamarindos (*De tamarindis*); Turbit (*De turbit*); Violas (*De violis*); Zargatoa (*De psylllo*).

A partir do Tratado 3 e até ao Tratado 12, as páginas inscrevem um completo rol de fórmulas. Tratado 3 — Das Agoas compostas, vinagres & vinhos (total de 27 fórmulas); Tratado 4 — Dos Elegmas, ou Lochs, cozimentos, & conservas (total de 28 fórmulas); Tratado 5 — Dos Xaropes simples, & compostos (total de 66 fórmulas); Tratado 6 — Dos Electuarios purgantes, Hieras, & Confeições Cordeais, & Opiatas (total de 51 fórmulas); Tratado 7 — Das Pirolas (total de 27 fórmulas); Tratado 8 — Dos Trociscos (total de 38 fórmulas); Tratado 9 — Dos Collyrios, & alguas receitas de pòs Magistralis (total de 5 fórmulas); Tratado 10 — Dos Oleos (total de 34 fórmulas); Tratado 11 — Dos Unguentos (total de 64 fórmulas); Tratado 12 — Dos Emplastos, & Cerotos (total de 41 fórmulas).

A maior influência na preparação medicamentosa vem de Mesué (29%), não se encontrando medicação química moderna. Também as drogas americanas, embora não inscritas nas monografias, constituíam preocupação, ainda que ténue para D. Caetano de Santo António, como o demonstra a inscrição do Xarope de Salsaparrilha.

A orientação científica era essencialmente galénica, o que foi alterado na edição seguinte, em 1711. Nesta edição a obra apresenta já uma orientação galénica e química no que concerne à preparação dos medicamentos, pelo menos no que respeita ao seu aspecto formal. As novas drogas, sobretudo as drogas americanas não são prioritárias. Caso contrário, o autor teria dado atenção particular a estes produtos quando trata das drogas



recomendadas para a preparação dos medicamentos ou como refere *Das eleições de varios simples*.

### **O inventário do Convento de Nossa Senhora do Carmo (Aveiro) e a arte farmacêutica: subsídio para o estudo de uma botica conventual**

Os inventários de instituições religiosas com frequência incluem inventariações do espólio das boticas. O inventário do Convento da Nossa Senhora do Carmo em Aveiro é um dos exemplos. Nem todos os inventários, na arte respeitante à botica, são semelhantes. Uns são mais pormenorizados do que outros. Alguns dão indicações específicas sobre as *drogas* e os medicamentos, outros não fazem referência a esses elementos. Quanto mais vagos são os inventários menos relação fazem com a farmácia da época e menos traduzem o valor da botica em causa. No presente estudo vamos fazer uma abordagem do inventário do Convento da Nossa Senhora do Carmo em Aveiro<sup>45</sup> na parte respeitante à botica, fazendo a sua articulação com a farmácia conventual setecentista e com a *Pharmacopea Lusitana*. Trata-se de um inventário feito na primeira metade do século XIX onde encontramos, como habitualmente acontecia, uma parte relativa à botica do referido convento. Dada a sua cronologia parece-nos que o inventário nos dá uma imagem da arte farmacêutica setecentista. Neste documento encontramos o seguinte:

“Butica

Treze Vidros de boca Larga com rolha do mesmo que Levarão meia Canada com Medicamentos constantes dos seus Escriptos

Oito Vidros de boca estreita, rolha do mesmo que levarão meia Canada com seus respectivos medicamentos

---

<sup>45</sup> O inventário da botica do Convento da Nossa Senhora do Carmo tem o código de referência PT/TT/MF-DGFP/E/001/00035. 1834 Maio 20 – 1835 Outubro 2, Aveiro – Processo de inventário dos bens e de tudo quanto pertence ao extinto Convento de Nossa Senhora do Carmo, da Cidade de Aveiro [ANTT – ex-A.H.M.F., Convento do Carmo, Carmelitas Descalços, Aveiro, MF. Caixa 2196, Capilha 9, 67 fls. Servimo-nos da transcrição existente em José António Rebocho – “Convento de Nossa Senhora do Carmo de Aveiro - Subsídio para a sua história” (trabalho de seminário apresentado na FLUC – História da Arte).

Quarenta e nove Vidros de boca estreita com rolhas do mesmo, que huns  
 levarão meio quartilho, e outros hum com os seus competentes medica-  
 mentos, excepto tres Vidros destes que nada tem  
 Quatorze Vidros com rolhas do mesmo de tres, e quatro onças, e alguns de  
 menos, oitavados com os seus respectivos medicamentos excepto dois  
 Treze Garrafas brancas lizas com rolhas do mesmo de meia Canada algumas  
 com Medicamentos  
 Onze dittas riscadas da mesma medida, e com Rolhas de Vidro todas com  
 medicamentos  
 Sinquenta e sette Vidros de boca larga, e tampa de papel de meio quartilho  
 com medicamentos alguns  
 Trinta e huma Garrafas brancas antigas com Rolhas de Curtissa, que levarão  
 oito quartilhos as maiores, e as menores cinco, ou seis com medicamentos, e  
 sem estes, e duas incapazes por estarem cobradas no fundo  
 Quarenta e sette Vazos de Louça branca da Fabrica do Cavaquinho com  
 Tampas do mesmo, cumpridos que levarão tres quartilhos  
 Quatorze Panellas brancas da mesma Fabrica com tampas do mesmo que  
 levarão oito quartilhos com medicamentos, assim como os Vazos, e outros  
 sem elles  
 Vinte e huma Panellas branca da mesma Fabrica, com tampas do mesmo  
 que levará seis quartilhos com medicamentos, e sem elles  
 Dezoito Vazos azues compridos de difrentes tamanhos com tampas de papel  
 com seus medicamentos, e sem elles  
 Quatro Vazos brancos de riscas azues, tampas do mesmo, que levarão meio  
 quartilho com medicamentos, e sem elles  
 Quatro Garrafas pretas cumpridas, e de meia Canada com medicamentos  
 Nove vazos de barro ordinario de diferentes Figuras com medicamentos  
 Huma Bassia de metal amarella uzada  
 Tres Taxos uzados com seus rumendos de metal amarello  
 Hum Taxo de metal ditto em bom uzo que levará meia canada  
 Hum ditto arrumendado que levará quartilho, e meio  
 Sette Peneiros velhos  
 Dois Peneiros de cabelo uzados  
 Hum Lambique com seu Capassete, e Cano de Cobre que levará meio  
 almude velho  
 Dois dittos de folha uzados  
 Hum Almofariz grande de cobre com sua mão de Ferro de pizar Drogas  
 Hum Regador velho  
 Hum Regador de folha em bom uzo  
 Hum Almofariz piqueno com a mão de Cobre  
 Outro ditto de Marfim, a mão do mesmo

Outro ditto de pedra grande; tres mais piquenos tambem de pedra, e hum com huma Cobra velho  
Duas Chicoladeiras de Cobre com suas tampas em bom uzo; huma de meia Canada, e a outra de quartilho, e meio  
Dois jogos de medidas de Metal amarello, hum em bom uzo, e o outro uzado  
Dois pares de Balanças; humas com correntes amarellas; e outras com correntes de retros com seus competentes braços  
Hum Marco de arratel de metal em bom uzo  
Dois almofaruzes de Vidro já arruinados  
Hum par de Tesouras de cortar as Plantas  
Outras dittas de cortar papel  
Huma Imprença velha  
Hum Sacho piqueno com picareta. uzado  
Duas Panellas de Folha em bom uzo  
Duas Ventozas de Vidro  
Huma Garrafa de ter Tinta  
Dois Marcos de metal imperfeitos  
Hum Campainha piquena da Roda  
Hum Monstrador pintado com seu Almario, e cinco Gavetas, a piquena com Chave  
Huma meza piquena liza de Castanho com duas Gavetas, huma com Chave  
Dois Bancos de pinho com tampas que estão na Butica  
As Estantes da mesma Botica com suas Gavetas, e Almario  
Hum Banco piqueno que está na Botica  
Huma Estante grande com seus Almarios, e cinquenta e seis Gavetas tudo velho, e estas com algumas Plantas secas  
Tres mesas velas que estão no inriour da Botica

Livros da Botica

Materia Medica distribuida em ordem, e Classes segundo seus efeitos e uzos em dois tomos  
Huma Numenclatura Chimica em hum volume  
As Farmacopeias geraes em munto uzo  
A Farmacopeia de Fuler Hadrianni  
A mensi Thezaurus  
Dezengano para a Medecina hum tomo  
Tractado dos Animaes terrestres hum volume uzado  
Farmacopeia Lisbonense em hum Volume de Oitavo  
Hestoria das Plantas em dois tomos  
Farmacopeia Bacianna em hum Volume de Oitavo  
Hum Metodo de conhecer, e curar o Morbo Salico [sic] em hum Volume

Farmacopeia Bacianna aumentada com os Segredos Godardiannos em hum Volume  
Farmacopeia Luzitana em hum Volume  
Lus da Medecina em Hum volume  
Madeira ilustrada em hum Volume  
Luis Rudier Buticario em Madride em hum Volume  
Remedios escolhidos de Madama Fuquert em hum Volume  
Sarmento materia medica em hum Volume  
Farmacopeia matritence em hum Volume  
Medecina pratica de Sandalupe em hum Volume  
Relação Cirurgica por João Cardozo de Miranda em hum Volume  
Atalaia da vida pello curvo em hum Volume  
Farmacopeia Luzitana em hum Volume  
Huma Imagem de Nossa Senhora Santa Thereza piquena com o seu Resplandor de prata, que tem de pezo sette oitavas que tudo está no Nixo da Botica”

Este documento faz eco da farmácia do século XVIII, embora não seja demasiado ilustrativo de uma botica conventual. Trata-se de um inventário que nada nos indica sobre as drogas utilizadas na preparação de medicamentos nem sobre os medicamentos preparados. Noutros casos os inventários, como referimos, listam as drogas utilizadas nas boticas para a preparação de medicamentos ou para venda ao público. O inventário trata essencialmente os utensílios e a biblioteca.

Relativamente aos utensílios, os indicadores que temos não nos permitem tirar conclusões significativas. Por vezes ao falar-se dos recipientes indica-se que eles contêm os medicamentos, mas não temos conhecimento do tipo de medicamentos. Os utensílios remetem-nos para a farmácia do século XVIII. Assinalem-se, os almofarizes de material diverso: de metal, de marfim, de pedra, de vidro; os almofarizes permitiam a trituração das drogas, a mistura das drogas tanto de sólidos como de líquidos em sólidos. O tipo de material do almofariz tinha que ver com a natureza da droga a colocar no seu interior e com o tipo de operação farmacêutica a executar, sendo certo que a trituração e a contusão eram as operações mais vulgares. Depois saliente-se no inventário os recipientes de vidro de boca larga e de boca estreita, garrafas, provavelmente potes de louça — todos recipientes de acondicionamento de medicamentos ou de matérias-primas para a preparação dos medicamentos. Alguns deles teriam gravada no próprio

vidro ou na própria louça a identificação do conteúdo. Também se fala de panelas, bacias de metal, tachos de metal, isto é, utensílios para operações farmacêuticas intermédias. Os peneiros tinham por objectivo a separação de pós ou a separação de pós de parte de drogas vegetais inteiras. O alambique era um aparelho que permitia fazer destilações, peça fulcral no laboratório farmacêutico. A balança era imprescindível no trabalho do laboratório. Os pesos e medidas utilizados não eram do sistema decimal. O inventário inscreve dois jogos de medidas de metal amarelo. Na transcrição do inventário somos confrontados com inscrições que nos remetem para o sistema de pesos e de medidas setecentista: “canada”, “quartilho”, “onças”, “oitava”, “arratel”. Depois outros utensílios que equipavam qualquer botica setecentista: chocolateiras, regador, tesouras para cortar plantas (para sectionar plantas e as preparar para divisões mais finas), sacho pequeno com picareta, provavelmente utilizado para o tratamento de plantas medicinais. Relativamente a mobiliário o inventário transcrito assinala, além dos bancos que faziam sempre parte do laboratório farmacêutico, estantes de botica com gavetas e armário. As gavetas podiam servir para armazenar, por exemplo, espécies vegetais, utensílios pequenos, etc., o armário poderia servir para armazenar, por exemplo, os potes e frascos.

Relativamente aos livros da botica, deve sublinhar-se que o inventário não é demasiado numeroso. Vamos reter a nossa atenção nas obras de natureza médica e farmacêutica mais relevantes pois existem algumas obras do âmbito da história natural. As obras inventariadas incluem algumas das mais significativas da preparação de medicamentos do século XVIII e alguns autores portugueses e estrangeiros marcantes do século XVIII. Porém, o inventário é muito vago na identificação das obras. Contudo, também verificamos que outras obras de larga circulação, como a famosa obra de Manuel Rodrigues Coelho, *Pharmacopea Tubalense*, não foram encontradas por nós na transcrição do inventário da botica<sup>46</sup>. E tal como referimos esta farmacopeia podíamos ter citado, por exemplo, a obra de Jean Vigier, *Pharmacopea Ulyssiponense* já referida. Contudo, pode ser deste autor a obra

---

<sup>46</sup> A *Pharmacopea Tubalense* é considerada por muitos como umas das farmacopeias de maior circulação em Portugal. Veja-se, por exemplo, a edição seguinte: *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica* (...) (Lisboa 1735).

referida na tradução do inventário como “Hestoria das Plantas em dois tomos”; pode tratar-se da obra de Jean Vigier, *Historia das plantas da Europa*<sup>47</sup>.

No que concerne a farmacopeias portuguesas cite-se, desde logo, a *Pharmacopea Lusitana* indicada mais atrás. Não há referência à edição. Contudo, o facto de existir mais do que um exemplar pode levar-nos a pensar que, eventualmente, existiam duas edições diferentes<sup>48</sup>. Depois assinala-se a *Pharmacopeia Geral* talvez a edição de 1794. Tratava-se da primeira farmacopeia oficial portuguesa<sup>49</sup>. O facto de existir a farmacopeia oficial reforça o valor da botica em ir ao encontro das medidas normalizadoras do Estado no que respeita à produção de medicamentos. Ainda no que respeita a farmacopeias portuguesas assinala-se a *Farmacopeia Lisbonense* obra da autoria de Manuel Joaquim Henriques de Paiva e que teve duas edições: 1785 e 1802<sup>50</sup>. A primeira edição surge como incentivo à publicação em Portugal de uma farmacopeia oficial. Na transcrição do inventário surge a “Farmacopeia Bacianna”; deverá ser a *Pharmacopea Bateana* referida mais atrás. Tanto poderá ser a edição de 1713 como a de 1763<sup>51</sup>. Ainda entre as farmacopeias assinala-se a relevante *Pharmacopeia Matritensis*, nada se referindo sobre a sua edição<sup>52</sup>. Outra farmacopeia referida poderá eventualmente ser a de Thomas Fuller (1654-1734), *Pharmacopeia Extemporanea*.

Noutro grupo de livros, que podemos considerar de matéria médica, assinalem-se as obras seguintes. Uma referida como “Madeira ilustrada em hum Volume” que é certamente o livro da autoria de Duarte Madeira Arrais (f. 1652) e anotado por Francisco da Fonseca Henriques (1665-1731)

---

<sup>47</sup> Joan Vigier, *Historia das plantas da Europa* (Lion 1718).

<sup>48</sup> Podemos referir as edições de 1704, 1711, 1725 e a edição póstuma de 1754. Mais recentemente cite-se a edição fac-similada: *Pharmacopea Lusitana*, Ed. fac-similada (Coimbra 2000) com organização e nota introdutória de João Rui Pita.

<sup>49</sup> *Pharmacopeia geral para o reino, e dominios de Portugal* (Lisboa 1794).

<sup>50</sup> Refira-se, por exemplo, Manuel Joaquim Henriques de Paiva, *Farmacopéa Lisbonense* (Lisboa 1785). A outra edição é: Manuel Joaquim Henriques de Paiva, *Farmacopéa Lisbonense* (Lisboa 1802).

<sup>51</sup> Ver, por exemplo, *Pharmacopea Bateana*. Traduzida do Latim em portuguez por D. Caetano de S. Antonio. (Lisboa 1713).

<sup>52</sup> Podia pensar-se, por exemplo, na *Pharmacopoeia Matritensis*, 2ª ed (Matriti 1762).

intitulado *Madeira illustrado. Methodo de conhecer, e curar o Morbo Gallico* editada em Lisboa em 1715<sup>53</sup>. Também é digna de registo a obra de Jacob de Castro Sarmiento (1691-1770) intitulada “Sarmiento materia medica em hum Volume”; trata-se, certamente, da *Materia Medica Physico-Historico-Mechanica* editada em 1735 e em 1758<sup>54</sup>; trata-se de uma obra muito marcante na história da farmácia portuguesa sublinhando-se nela, entre outras componentes, a valorização e divulgação da Água de Inglaterra. Outro livro inventariado é a obra do farmacêutico António José de Sousa Pinto (1775-1853), *Materia medica distribuida em ordem, e classes segundo seus efeitos* (...) editada em 1813<sup>55</sup>. A indicação de “Remedios escolhidos de Madama Fuquert” seria a obra *Recopilação de remedios escolhidos de Madame Fouquet, faceis, domesticos, experimentados e aprovados para toda a sorte de males internos e externos, inveterados, e difficeis de curar, para alivio dos pobres*. Poderia ser a edição de 1749 (tradução de João de Saldanha de Albuquerque de Matos Coutinho e Noronha)<sup>56</sup> ou outra pois temos indicação de edições de 1712 e 1714.

Entre outros livros assinalem-se, por exemplo, livros de medicina com incidência na vertente cirúrgica, outros na vertente terapêutica. É de assinalar a obra *Dezengano para a Medecina*. Nada nos chega sobre a sua edição, ano de publicação, etc. Sabe-se que o livro é tradução da obra do autor alemão Gabriel Grisley e intitula-se *Dezengano para a Medecina ou botica para todo o pai de familias* esta teve várias edições entre meados do século

---

<sup>53</sup> Duarte Madeira Arrais, *Madeyra Illustrado: mathodo de conhecer, e curar o morbo Gallico* (Lisboa 1715).

<sup>54</sup> Veja-se, por exemplo, Jacob de Castro Sarmiento, *Materia medica physico-historico-mechanica* (Londres 1758).

<sup>55</sup> António José de Souza Pinto, *Matéria médica: Distribuida em classes e ordens segundo seus efeitos* (...). (Lisboa 1813).

<sup>56</sup> Veja-se, por exemplo, a edição seguinte: *Recompilação de remédios escolhidos de Madame Fouquet, faceis, domesticos, experimentados, e aprovados para toda a sorte de males internos, e externos, inveterados, e difficeis de curar, para alivio dos pobres*, [trad. de João de Saldanha de Albuquerque de Matos Coutinho e Noronha] (Lisboa 1749).

XVII e meados do século XIX<sup>57</sup>. A “Medecina pratica de Sandalupe” poderá ser a obra de Francisco Sanz de Dios, *Medicina Practica de Guadalupe* (1756)<sup>58</sup>.

A obra transcrita como sendo o “Metodo de conhecer, e curar o Morbo Salico [sic]” era certamente o *Methodo de conhecer, e curar o morbo gallico* (1674), da autoria de Duarte Madeira Arrais (1600 (ca) - 1652)<sup>59</sup>. A obra inserta no inventário como “Atalaia da Vida pello Curvo” seria, talvez, a obra de João Curvo Semedo (1635-1719) *Atalaia da Vida contra as Hostilidades da Morte* editada em 1720<sup>60</sup>. Francisco Morato Roma (1588-1668) é outros dos autores referidos com o livro *Luz da Medicina, pratica racional e methodica, guia de enfermeyros...* trabalho que teve diversas edições em Portugal<sup>61</sup>. Refira-se, ainda, a obra designada por “Relação Cirurgica por João Cardozo de Miranda em hum Volume” que é certamente a obra *Relação cirurgica e medica* editada em 1741 ou em 1747<sup>62</sup>.

Também se deve assinalar a que será provavelmente a obra marcante de Lavoisier e colaboradores (Guyton de Morveau, Bertholet e Fourcroy) *Méthode de Nomenclature Chimique* (1787)<sup>63</sup>. Documento imprescindível da

---

<sup>57</sup> Entre várias edições datadas de, por exemplo, 1669, 1851, 1690, 1700, 1754, veja-se Gabriel Grisley, *Desengano para a Medicina, ou Botica para todo o pay de familias (...)* (Lisboa 1714).

<sup>58</sup> Francisco Sanz de Dios, *Medicina Practica de Guadalupe* (Madrid 1756).

<sup>59</sup> Veja-se, por exemplo, a edição: Duarte Madeira Arrais, *Methodo de conhecer e curar o morbo gallico* (Lisboa 1674).

<sup>60</sup> Ver: João Curvo Semedo, *Atalaya da vida contra as hostilidades da morte / fortificada, e guarnecida com tantos defensores, quantos são os remedios, que no discurso de sincoenta, & oyto annos experimentou (...)*, (Lisboa 1720).

<sup>61</sup> Ver, por exemplo, a edição de 1753, Francisco Morato Roma, *Luz da Medicina, pratica racional e methodica, guia de enfermeyros...* (Coimbra 1753). Conhecemos outras edições em 1664, 1672, 1686, 1700, 1726.

<sup>62</sup> João Cardoso de Miranda, *Relaçã cirurgica e medica, na qual se trata, e declara especialmente hum novo methodo para curar a infecçã escorbútica, ou mal de Loanda, e todos os seus productos, fazendo para isso manifestos dous especificos, e muy particulares remedies* (Lisboa 1747). Ver, por exemplo, outra edição em 1741.

<sup>63</sup> Veja-se por exemplo o fac-símile da obra em: *Méthode de nomenclature chimique / de Morveau... [et al.]*; apresentação, prefácio e notas de A. M. Nunes dos Santos (Lisboa 1992) (Edição fac-similada do original de Paris: Chez Cuchet, 1787).



revolução química lavoisieriana, o livro permite deduzir a tentativa de actualização neste domínio que se pretendia fazer na botica.

### Conclusão

Pelo que foi exposto pode concluir-se que a farmácia conventual teve em Portugal um papel relevante. A farmácia conventual de final do século XVII e século XVIII reflecte vários dos grandes temas e problemas da história da farmácia relativa a essa cronologia. Em vários conventos encontramos boticários prestigiados, alguns deles associados à publicação de obras capitais na história da farmácia no nosso país. É o caso da publicação da *Pharmacopea Lusitana* (1704) que foi a primeira farmacopeia portuguesa redigida por um português e escrita em língua portuguesa. A obra testemunha, justamente, a importância da farmácia conventual que foi de importância extrema na consolidação da *arte farmacêutica* no nosso país e mesmo fora das nossas fronteiras. Os inventários de boticas conventuais podem transmitir imagens da farmácia conventual e, no caso presente, uma imagem da farmácia conventual e laica setecentista. Contudo, o inventário em estudo, embora nos transmita algumas linhas importantes da farmácia desse período (através da sua biblioteca) pouco nos transmite sobre a pujança dessa botica e muito menos sobre o arsenal terapêutico nela existente. Se é certo que a temática da *arte farmacêutica*, dos medicamentos e das farmacopeias apresenta uma linguagem universal, a construção científica e a prática profissional apresentam especificidades de acordo com a história económico-social e político-científica de cada região, de cada país ou local. Assim se compreendem, muitas vezes, em traduções e adaptações de obras estrangeiras, as referências específicas a dados vegetais ou a especificidades concretas do exercício da *arte farmacêutica*.

## Fontes e bibliografia

### Fontes

#### I.

PT/TT/MF-DGFP/E/001/00035. 1834 Maio 20 – 1835 Outubro 2, Aveiro – Processo de inventário dos bens e de tudo quanto pertence ao extinto Convento de Nossa Senhora do Carmo, da Cidade de Aveiro [ANTT – ex-A.H.M.F., Convento do Carmo, Carmelitas Descalços, Aveiro, MF. Caixa 2196, Capilha 9, 67 fls.]

NOTA: Servimo-nos da transcrição existente em José António Rebocho – “Convento de Nossa Senhora do Carmo de Aveiro - Subsídio para a sua história” (trabalho de seminário apresentado na FLUC – História da Arte).

#### II.

ABREU, Brás Luis de — *Portugal Medico*. Coimbra: Oficina de João Antunes, 1726.

ARRAIS, Duarte Madeira — *Methodo de conhecer e curar o morbo gallico*. Lisboa: Por Antonio Rodriguez d’Abreu: a custa de Miguel Manascal mercador de livros, 1674.

ARRAIS, Duarte Madeira — *Madeyra Illustrado: mathodo de conhecer, e curar o morbo Gallico*. Lisboa: Na Oficina de Antonio Pedroso Galram, 1715.

BATEO, Jorge — *Pharmacopea bateana*, Lisboa: Oficina Real Deslandesiana, 1713.

BAUMÉ, Antoine — *Chimie experimentale et raisonnée*, 4 vols., Paris: Didot le jeune, 1774.

BAUMÉ, Antoine — *Éléments de pharmacie théorique et pratique*, 3ªed. Paris: Samson, 1773.

BAUMÉ, Antoine — *Manuel de Chymie ou exposé des opérations de la chymie et leurs produtis*, 2ªed. Paris: Didot, 1765.

CABRAL, B.J.O.T. — *Pharmacopea das Pharmacopeas nacionaes e estrangeiras*, 2 vols. Lisboa: Impressão Regia, 1833-1844.

COSTA, Jacinto — *Pharmacopea Naval e Castrense*, 2 vols. Lisboa: Impressão Regia, 1819.

COELHO, Manuel Rodrigues — *Pharmacopea Tubalense*. Lisboa: Of. António de Sousa da Silva, 1735.

COELHO, Manuel Rodrigues — *Pharmacopea Tubalense*, 2ª ed. Roma: Oficina de Balio Gerendi, 1760.

- COSTA, Jacinto — *Pharmacopea Naval e Castrense*, 2 vols. Lisboa: Impressão Regia, 1819.
- Pharmacopea Bateana, augmentada com os segredos Goddardianos de Jonathan Goddardo, Medico celeberrimo Londinense, com o appendix á mesma forma de Thomas Fuller; e accrescentada com hum Additamento de varias Fórmas, ou Receitas, e composições de João Junchero, e Francisco Paulino Tarquet, e de outros: Obra utilissima para o bem commum, e escripta por ordem alfabetica; e dada á luz por hum professor Da mesma Arte, Pamplona, Por los Herederos de Martinez, 1763.*
- GRISLEY, Gabriel — *Desenganos para a medicina, ou botica para todo o pai de familias*. Lisboa: Henrique Valente de Oliveira, 1656.
- LEAL, José Francisco — *Instituições ou Elementos de Farmácia*, Lisboa, Oficina de António Gomes, 1792.
- LEMERY, Nicolas — *Pharmacopée universelle*, 4ªed. Amsterdam: Aux Dépens de la Compagnie, 1748.
- MARIA, João de Jesus — *Pharmacopea dogmatica medico-chimica, e theoricopratica*. Porto: Oficina de António Álvares Ribeiro Guimar, 1772.
- MEAD, Ricardo — *Pharmacopea Meadiana* (traduzida, acrescentada e emendada por António Rodrigues Portugal). Porto: Oficina de Francisco Mendes Lima, 1768
- MIRANDA, João Cardoso de — *Relaçãõ cirurgica e medica, na qual se trata, e declara especialmente hum novo methodo para curar a infecçãõ escorbütica, ou mal de Loanda, e todos os seus productos, fazendo para isso manifestos dous especificos, e muy particulares remedies*. Lisboa: Na Oficina de Miguel Rodrigues, impressor do eminentissimo senhor Cardeal Patriarca, 1747.
- PAIVA, Manuel Joaquim Henriques de — *Farmacopéa Lisbonense*. Lisboa: Oficina de Filipe da Silva e Azevedo, 1785.
- PAIVA, Manuel Joaquim Henriques de — *Farmacopéa Lisbonense*. Lisboa: Oficina Patriarcal de João Procopio Correa da Silva, 1802.
- Pharmacopea Portugueza*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1876.
- Pharmacopeia Geral para o reino, e dominios de Portugal*, 2 vols. Lisboa: Regia Oficina Typografica, 1794.
- Pharmacopoeis Collegii Regalis Medicorum Londinensis*. Olisipone: Ex Typograf. Regalis Academiae Scientiarum Olisiponensis, 1791.
- Pharmacopoeia Matritensis* 2ª ed. Matriti: Typis Antonii Perez de Soto, 1762.
- PINTO, Agostinho Albano da Silveira — *Codigo Pharmaceutico Lusitano*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1835.

- PINTO, António José de Sousa — *Pharmacopea chymica, médica, e cirurgica, em que se expoem os remedios simples, e compostos, suas virtudes, preparação, doses ....* Lisboa: Impressão Regia, 1805.
- PINTO, António José de Sousa — *Elementos de Pharmacia, Chymica, e Botanica para uso dos principiantes.* Lisboa: Impressão Regia, 1805.
- PINTO, António José de Sousa — *Materia Medica distribuida em classes e ordens segundo seus efeitos.* Lisboa: Impressão Regia, 1813.
- PORTUGAL, António Rodrigues — *Pharmacopea Portuense.* Porto: Officina de Francisco Mendes Lima, 1766.
- Recompilçam de remédios escolhidos de Madame Fouquet, faceis, domesticos, experimentados, e approvados para toda a sorte de males internos, e externos, inveterados, e difficeis de curar, para alivio dos pobres* [trad. de João de Saldanha de Albuquerque de Matos Coutinho e Noronha]. Lisboa: Na Officina de Domingos Gonsalves, 1749.
- ROMA, Francisco Morato — *Luz da medicina practica, racional e methodica, guia de enfermeiros, directorio de principiantes.* Lisboa: Henrique Valente de Oliveira, 1664.
- SANTO ANTÓNIO, D. Caetano de — *Pharmacopea Lusitana.* Coimbra: Na Imprensa de Joam Antunes, 1704.
- SANTO ANTÓNIO, Caetano de — *Pharmacopea Lusitana*, 2<sup>a</sup>ed. Lisboa: Mosteiro de São Vicente de Fóra, 1711.
- SANTO ANTÓNIO, Caetano de — *Pharmacopea Lusitana*, 3<sup>a</sup>ed. Lisboa: Officina de Francisco Xavier de Andrade, 1725.
- SANZ DE DIOS, Francisco — *Medicina Practica de Guadalupe.* Madrid: En la oficina de Joachin Ibarra, 1756.
- SARMENTO, Jacob de Castro — *Materia Medica Physico-Historico-Mechanica.* Londres: Guilherme Strahan, 1758.
- SEMEDO, João Curvo — *Polyanthea medicinal.* Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1697.
- SEMEDO, João Curvo — *Atalaya da vida contra as hostilidades da morte fortificada, e guarnecida com tantos defensores, quantos são os remedios, que no discurso de sincoenta, & oyto annos experimentou (...).* Lisboa: Na Officina Ferreyrenciana, 1720.
- TAVARES, Francisco — *Advertências sobre os abusos, e legitimo uso das águas minerais das Caldas da Rainha, para servir de regulamento aos enfermos que delas têm precisão real.* Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1791.

- TAVARES, Francisco — *Instruções e cautelas práticas sobre a natureza, diferentes especies, virtudes em geral e uso legitimo das aguas minerais, principalmente de Caldas; com a noticia daquellas, que são conhecidas em cada uma das provincias do reino de Portugal e o methodo de preparar as aguas artificiaes*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1810.
- VIGIER, J.P. Sousa — “João Vigier e a introdução da química farmacêutica em Portugal”. *Medicamento, História e Sociedade* 5 (1987) 1-5.
- VIGIER, João — *Pharmacopea Ulyssiponense*. Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, 1716.

### **Bibliografia**

- ALVES, A. Correia; GUERRA, F. Carvalho — “Breve notícia histórica sobre as Farmacopeias Portuguesas até ao Século XIX”: *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal. I Colóquio — até ao século XX. Lisboa, 15 a 19 de Abril de 1985*. Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Vol. 2. 1986, 815-834
- BRITO, Maria Fernanda de — “Ainda a Farmacopeia Lusitana de D. Caetano de Santo António”: *Revista da Ordem dos Farmacêuticos*. 10 (1996) 56-57
- Catálogos dos livros dos séculos XV, XVI, XVII e XVIII existentes na Biblioteca Central da Faculdade de Medicina de Coimbra*, Coimbra: B.C.F.M.C., 1985.
- DIAS, J. P. Sousa — “Boticários, Químicos e Segredistas. Introdução à História da Farmácia em Portugal (Séculos XVII--XVIII)”: *CTS. Revista de Ciência, Tecnologia e Sociedade* 4 (1988) 4-12.
- DIAS, J. P. Sousa — “De Pombal ao Estado Novo: a Farmacopeia Portuguesa e a História (1772-1935)”: *Medicamento, História e Sociedade*. Nova série 6 (1995) 1-8.
- DIAS, J. P. Sousa — *A “Água de Inglaterra” no Portugal das Luzes. Contributo para o estudo do papel do segredo na terapêutica do século XVIII*, Lisboa, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica / Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, 1986.
- DIAS, J. P. Sousa — *Inovação técnica e sociedade na farmácia da Lisboa setecentista*. Lisboa: Tese de doutoramento, Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, 1991.
- DIAS, J. P. Sousa; PITA, João Rui — “A Botica de S. Vicente e a Farmácia nos mosteiros e conventos da Lisboa setecentista”: *A Botica de São Vicente de Fora*. Lisboa: Associação Nacional das Farmácias, 1994, 19-25.

- DIAS, J. P. Sousa; PITA, João Rui — “L'influence de la pharmacie et de la chimie française au Portugal au XVIII<sup>ème</sup> siècle: Nicolas Lémery”: *Revue d'histoire de la pharmacie* 300 (1994) 84-90.
- DIAS, J.P. Sousa— *A Farmácia em Portugal — uma introdução à sua história, 1338-1938*. Lisboa: Associação Nacional das Farmácias, 1994.
- ESTEVA, Juan — *Historia de la Farmacia. Apuntes*. Barcelona: 1979/80.
- Farmacopeia Portuguesa. Edição Oficial*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1935.
- FOLCH Y ANDREU, Rafael — “As farmacopeias portuguesas”: *Notícias Farmacêuticas*, 10, 3-4 (1943/44) 201-253
- GAMA, Jorge — “Pequena notícia histórica sobre a origem da farmacopeia portuguesa”: *Anais Azevedos*. 5.5 (1953) 259-267.
- GUIMARÃES, Feliciano — “Francisco Tavares, hidrologista”: *Publicações do Instituto de Climatologia e Hidrologia da Universidade de Coimbra*. 9 (1947) 5-53.
- JANEIRA, Ana Luísa; CARNEIRO, Ana Maria — “Quando uma rainha regulamenta o bem-estar dos seus fiéis vassalos”: *Prelo* 6 (1985) 95-103.
- LAFONT, Olivier — “Charas (Moyse)”: LAFONT, Olivier (Dir.), *Dictionnaire d'Histoire de la Pharmacie. Des origines à la fin du XIX siècle*. Paris: Pharmathèmes, 2003, 93-94.
- LAFONT, Olivier — “Lémery (Nicolas)”: LAFONT, Olivier (Dir.), *Dictionnaire d'Histoire de la Pharmacie. Des origines à la fin du XIX siècle*. Paris: Pharmathèmes, 2003, 243-244.
- LE MOS, Maximiano — *História da Medicina em Portugal. Doutrinas e instituições*, 2<sup>a</sup>ed, 2 vols. Lisboa: Publicações Dom Quixote/ Ordem dos Médicos, 1991.
- PARENTE, Maria Celina — “Farmacopeia Bateana”: *Revista da Ordem dos Farmacêuticos* 27 (1999) 38-40.
- PARENTE, Maria Celina — “Farmacopeia Lusitana: privilégios”: *Revista da Ordem dos Farmacêuticos* 25 (1998) 46-47.
- PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui — “Francisco Tavares”: *Vivo. Revista Mensal de Saúde* 2 (2000) 42-43.
- PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui — “Liturgia higienista no século XIX — pistas para um estudo”: *Revista de História das Ideias*. 15(1993) 437-559.
- PINA, Luís de — “No segundo centenário da primeira farmacopeia portuense de António Rodrigues Portugal (1776-1966)”: *O Médico, Nova série*. 45840 (1967) 465-478.

- PITA, João Rui — “A botica conventual”: FRANCO, José Eduardo (Dir.), *O esplendor da austeridade. Mil anos de empreendedorismo das Ordens e Congregações em Portugal: arte, cultura e solidariedade*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2011, 553.
- PITA, João Rui — “A *Pharmacopea Lusitana* de D. Caetano de Santo António ou quando se faz ‘Divino o Remédio Humano’”: PITA, João Rui, *Pharmacopea Lusitana*. (Reprodução fac-simile da primeira edição (1704). Coimbra: Minerva, 2000, IX-XXV
- PITA, João Rui — “Alguns boticários conventuais portugueses”: FRANCO, José Eduardo (Dir.), *O esplendor da austeridade. Mil anos de empreendedorismo das Ordens e Congregações em Portugal: arte, cultura e solidariedade*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2011, 573.
- PITA, João Rui — “Ciências médico-farmacêuticas e normalização social”: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (Coord.), *Portugal — Brasil. Uma visão interdisciplinar do Século XX. Actas do Colóquio, 2 a 5 de Abril de 2003*. Coimbra: Quarteto, 2003, 405-436.
- PITA, João Rui — “Farmácia”: CORREIA, Ferrer; RAMOS, Luís A. de Oliveira; SERRÃO, Joel; OLIVEIRA, António de (cords.), *História da Universidade em Portugal — Capítulo V, O Saber: dos aspectos aos resultados* (Vol. 1, Tomo II (1537-1771). Coimbra: Universidade de Coimbra/Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, 875-881.
- PITA, João Rui — “La farmacia en Portugal a finales del siglo XVIII”: ACEVES PASTRANA, Patricia, *La química en Europa y America (siglos XVIII y XIX) — Estudios de historia social de las ciencias químicas y biológicas*. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 1994, 69-92.
- PITA, João Rui — “Plantas medicinais da primeira farmacopeia oficial portuguesa (*Pharmacopeia Geral*, 1794)”: *Munda* 30 (1995) 57-68
- PITA, João Rui — “Um livro com 200 anos: a farmacopeia portuguesa (Edição oficial). A publicação da primeira farmacopeia oficial: *Pharmacopeia Geral* (1794)”: *Revista de História das Ideias* 20 (1999) 47-100.
- PITA, João Rui — *História da Farmácia*, 3ª ed. Coimbra: Minerva, 2007.
- PITA, João Rui — “Francisco Tavares: um marco na memória e no imaginário da medicina e da farmácia portuguesas”: *Cadernos de Cultura. A Medicina na Beira Interior. Da Pré-História ao Século XXI* 23 (2009) 137-141.
- PITA, João Rui Pita — “A quina e outras drogas americanas na produção medicamentosa do Hospital da Universidade de Coimbra nos finais do

- século XVIII": *Mare Liberum — Revista de História dos Mares*. 17(1999) 197-228.
- PITA, João Rui Pita — *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal (1772-1836)*. Coimbra: Minerva, 1996.
- PITA, João Rui Pita — *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal (1772-1836)*: Coimbra, Minerva, 1996.
- PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor — "A bela idade da Farmacopeia Portuguesa: 300 anos": *Cadernos de Cultura. Medicina na Beira Interior. Da Pré-História ao Século XXI*. 19 (2005) 85-94.
- PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor — "Botica, farmacopeia conventual e farmácia. A *Pharmacopea Lusitana* de D. Caetano de Santo António (1704)": MARQUES, Maria Alegria Fernandes, *Mosteiro e saúde — Cerca, botica e enfermaria. Actas do III Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões*. São Cristóvão de Lafões, 2008, 95-107.
- PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor — "Farmácia e saúde em Portugal — De finais do século XVIII a inícios do século XIX": FORMOSINHO, Sebastião J.; BURROWS, Hugh D., *Sementes de ciência. Livro de homenagem a António Marinho Amorim da Costa*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, 205-232.
- PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor — "Farmácia e saúde no dealbar do século XIX": PINA, Madalena Esperança *et alii.* (coords.), *Medicina e Farmácia no tempo das invasões francesas*. S.l.: Leader Oeste, 2012, 24-44.
- PUERTO SARMIENTO, Francisco Javier — *El mito de Panacea*. Madrid: Doce Calles, 1997.
- REUTTER DE ROSEMONT, L. — *Histoire de la Pharmacie à travers les âges*, 2 vols. Paris: J. Peyronnet & Cie., Editeurs, 1931.
- SILVA, A.C. Correia da — "Frei João de Jesus Maria e a Farmacopeia Dogmática": *Revista Portuguesa de Farmácia* 29.3 (1979) 272-279.
- SILVA, A.C. Correia da — "Inventário de uma botica conventual do século XVIII": *Anais da Faculdade de Farmácia do Porto* 32 (1972), 43-71.
- SILVA, A.C. Correia da — "Notícia sobre um memorial da botica de Santa Cruz de Coimbra": *Revista Portuguesa de Farmácia*. 5:1(1955) 6-11.
- SILVA, Pedro José da — *História da Pharmacia Portuguesa desde os primeiros séculos da monarchia até ao presente*, 3 memórias, Lisboa: Tip. Franco-Portuguesa, 1866-1868.



- SONNEDECKER, Glenn — “The founding period of the U. S. Pharmacopeia. I., European Antecedents”: *Pharmacy in History*. 35.4 (1993) 151-162.
- SONNEDECKER, Glenn — *Kremers and Urdangs History of Pharmacy*, 4<sup>a</sup>ed. Madison: American Institute of the History of Pharmacy, 1986.
- VALVERDE, Jose Luis; PEREZ ROMERO, Jose A. — *Drogas americanas en fuentes de escritores franciscanos y dominicos*. Granada: Universidad de Granada, 1988.

\* \* \* \* \*

**Resumo:** A farmácia conventual constitui um domínio de significativa importância na farmácia portuguesa e europeia: tanto as boticas conventuais como os seus boticários. No presente artigo os autores caracterizam em traços gerais a farmácia portuguesa do século XVIII no contexto internacional, destacam a literatura farmacêutica, dando a conhecer a importância da farmácia conventual e analisam nesta moldura a *Pharmacopea Lusitana* (1704), da autoria do religioso D. Caetano de Santo António, bem como o inventário da botica do Convento de Nossa Senhora do Carmo (Aveiro).

**Palavras-chave:** farmácia conventual; farmacopeias; D. Caetano de Santo António; Botica do Convento de Nossa Senhora do Carmo (Aveiro).

**Resumen:** La farmacia conventual es un área de gran importancia en la farmacia portuguesa y europea, tanto en el caso de las boticas conventuales como en el de sus boticarios. En este artículo los autores caracterizan de una forma general la farmacia del siglo XVIII portugués en el contexto internacional, destacan la literatura farmacéutica, dando a conocer la importancia de la farmacia conventual, y analizan en este contexto la *Pharmacopea Lusitana* (1704), escrita por el religioso D. Caetano de San Antonio y el inventario de la farmacia del Convento de Nossa Senhora do Carmo (Aveiro – Portugal).

**Palabras clave:** Farmacia conventual; farmacopeas; D. Caetano de San Antonio; botica del Convento de Nossa Senhora do Carmo (Aveiro – Portugal).

**Résumé:** La pharmacie conventuelle portugaise est très importante dans l'histoire de la pharmacie. Dans cet article, les auteurs caractérisent généralement la pharmacie portugaise du XVIII<sup>e</sup> siècle dans le contexte international et mettre en valeur la littérature pharmaceutique, en particulier la pharmacopée écrit par un moine – *Pharmacopea Lusitana* (1704). L'auteur de cette pharmacopée est un moine du Couvent de Santa Cruz de Coimbra – D. Caetano de Santo António. Dans cet article, les auteurs étudient également un inventaire conventuelle, l'inventaire de la pharmacie du couvent de Nossa Senhora do Carmo (Aveiro – Portugal).

**Mots-clé:** La pharmacie conventuelle; pharmacopées; D. Caetano de Santo António; pharmacie du couvent de de Nossa Senhora do Carmo (Aveiro – Portugal).